

Ministra quer fazer acordo definitivo

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixou claro à Comissão do Senado que o Governo brasileiro está convencido de que a dívida externa não comporta improvisações. É um problema complexo que requer solução de caráter definitivo numa perspectiva de longo prazo, como pressuposto de estabilidade da política de ajuste econômico posta em prática pelo atual Governo. "A questão da dívida sempre foi invocada para justificar a inércia do Governo", criticou Zélia.

A ministra teve a preocupação de advertir que o Governo só se dispôs a estabelecer as negociações sobre a dívida externa depois de promover os ajustes internos, iniciando a execução do programa de estabilização econômica, bem como após colocar em prática as reformas estruturais que se tornaram imperativas

de modernização do País.

Mostrou que o novo Governo agia de forma muito diferente dos anteriores, os quais se submetiam às exigências prévias do Fundo Monetário Internacional na montagem de um programa. Agora, o Governo teve a preocupação de estruturar uma proposta de negociação que leva em conta a capacidade de pagamento do Brasil.

Antes, concluíam-se acordos de pagamento sabendo-se de antemão que eram incumpríveis. A esse respeito, disse que, por muito tempo, a preocupação central do Governo brasileiro era gerar superávits em nossa balança comercial para pagar a dívida. Os pagamentos que o País era obrigado a fazer, em razão desses acordos, tornaram-se incompatíveis com nossa capacidade de saldar tais compromissos, segundo Zélia Cardoso de Mello.

A Ministra reclamou maior compreensão dos nossos credores externos para as dificuldades conjunturais que o País atravessa, o que o impossibilita de cumprir uma renegociação convencional, como as que eram concluídas anteriormente. Assim mesmo, o País não pede redução da dívida, mas apenas um prazo longo para sua liquidação.

"Pagaremos a totalidade do débito a todos aqueles que acreditarem no País. Haverá redução da dívida para com aqueles credores que não acreditarem na capacidade de solvência do Brasil, a longo prazo, e quiserem abandonar suas posições", disse.

No passado, o que se apresentava ao Brasil era um contrato de adesão. O governo Collor apresentou uma proposta que podemos cumprir e que foge inteiramente aos critérios anteriores.